

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO.

CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS PRINCIPAIS DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL, NAS SUAS RELAÇÕES COM A URBANIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO

O que se vai ler corresponde às conclusões de um trabalho de maior fôlego a respeito das migrações internas no Brasil, patrocinado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e elaborado pelo Prof. Dr. JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO, sócio efetivo da A.G.B. e livre-docente de Economia Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Caracterizando-se as migrações internas por deslocamentos de população no interior de um país, seja em caráter temporário ou permanente, revestem-se de formas as mais diversas, quer quanto à extensão assumida pelos fluxos (inter-regional ou intra-regional), quer quanto à continuação ou mudança nas atividades exercidas na origem, por seus componentes (migrações primárias ou da agricultura para a agricultura e migrações das atividades agrícolas para as atividades secundárias e terciárias, ou êxodo rural).

Fatores repulsivos, de um lado, e atrativos, de outro, condicionam a realização do fenômeno, nas suas diversas formas, envolvendo múltiplos aspectos: demográficos, econômicos, sociais.

Diversidade nos coeficientes de natalidade e mortalidade, determinando o crescimento mais ou menos acelerado da população, diferenças sensíveis na evolução das estruturas econômicas regionais, estimulando ou refreando a complexização da economia, no sentido da industrialização e concomitante urbanização, são alguns desses aspectos.

Tais características das migrações internas fazem com que assumam elas grande intensidade e multiplicidade de formas nos países novos, cuja Economia se encontre em fase de evolução, envolvendo transformações rápidas na sua estrutura econômico-social.

É, sem dúvida, o caso do Brasil.

Migrações anteriores ao século XIX

Realmente, desde a Colônia e o Império, caracterizou-se a história econômico-social brasileira por fluxos e refluxos de população, deslocando-se de região para região no encalço de oportu-

nidades que afluíam com a eclosão de novas atividades promissoras de riqueza rápida e certa.

Assim se sucederam as fases principais que marcaram a evolução da Economia brasileira — extração e embarque do pau-brasil, produção agro-industrial do açúcar, criação de gado, exploração das minas de ouro e diamante, cafeicultura, extração do "latex" produtor da borracha, cacau, algodão, indústrias de transformação — decorrência da escassez de fatores produtivos, especialmente da mão-de-obra e de capitais. Escassez que acarreta a formação de importantes correntes de migração interna que se orientam das regiões em declínio econômico para aquelas onde novas explorações prometem ascensão e apogeu próximos.

Dessa maneira constituiu-se o arcabouço de nossa vida econômico-social à base de população escassa e mal distribuída pelo imenso território que formou a América portuguesa.

Os movimentos internos de população representaram o recurso mais viável para preencher os claros de mão-de-obra, mais extensos e atraentes à medida que novas explorações surgiam em pontos diversos da Colônia, promissoras de rápido enriquecimento.

Foram, portanto, as migrações internas, ocorridas entre os séculos XVI e XIX a alavanca do desenvolvimento de nossa Economia, nas suas fases sucessivas, desde o açúcar até o café, a borracha e o cacau, passando pela pecuária e pelo ouro.

Efetivamente, o desbravamento da terra e o aproveitamento de seus recursos não se teriam efetuado sem a larga movimentação dos trabalhadores dos engenhos para as minas e destas para os cafezais. Deslocamentos migratórios acrescidos das arribações dos nordestinos acossados pelas secas periódicas de suas terras para os seringais amazônicos, o cacau no sul da Bahia e o café em São Paulo.

São essas migrações, que alcançando o final do século XIX, nas suas diversas formas — inter-rurais, rural-urbanas, inter e intra-regionais — prosseguirão em nosso século, relacionando-se agora mais estreitamente com os processos de urbanização e industrialização.

Migrações interregionais no século XX

Permitiu-nos o confronto dos dados fornecidos pelos censos de 1940 e 1950 a verificação da existência de ponderáveis correntes de migração inter-rural, em nosso país.

No âmbito inter-regional, calca-se tal verificação nos resultados do movimento, isto é, na ausência ou presença do natural de cada Unidade Federada no seu lugar de nascimento. Mesmo com as limitações inerentes a esse tipo de avaliação das correntes

de migração interna, pode-se distinguir nitidamente, no Brasil, a formação de zonas de atração e de repulsão populacional.

O Sudeste, por exemplo, salientando-se aí o Estado de São Paulo e o Distrito Federal, são zonas de intensa atração de naturais de outros Estados, destacando-se, por outro lado, o Nordeste, como região predominantemente repulsiva.

De maneira intermediária, temos ainda o Estado de São Paulo, que, de modo particular, se coloca como um dos grandes fornecedores de população para outras regiões, especialmente para o Sul. Região esta que se vai impondo nos últimos anos como centro de grande atração migratória.

Mereceu destaque, enfim, o caso de Minas Gerais, na região Sudeste, o Estado de maior emigração absoluta, no conjunto do país.

Assim configuradas, no largo esboço, as principais correntes migratórias, orientadas em todos os sentidos no interior das fronteiras nacionais, impoz-se uma análise mais restrita do fenômeno, que permitisse, no entanto, a abordagem de outros aspectos iminentes mas cultos nos dados censitários. A existência, no Estado de São Paulo, de uma Hospedaria de Imigrantes, com serviços regulares de coleta e divulgação de dados atinentes às migrações, nessa Unidade da Federação, possibilitou tal análise. Embora escapem a êsse registro os migrantes aliciados diretamente pelos patrões ou intermediários que se encarregam de seu transporte e colocação na agricultura, representam os dados do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo, com boa aproximação, a intensidade e a estrutura das correntes migratórias que de outras regiões e Estados se dirigem ao Sudeste e Sul do país.

Migração para São Paulo

Vimos poder-se marcar o início da migração de brasileiros, procedentes de outras regiões e Estados com destino a São Paulo, no ano de 1901, quando aqui chegaram 1 434 trabalhadores nacionais. Até o final do século XIX, o suprimento da mão-de-obra exigida pela agricultura paulista foi assegurado principalmente pela imigração estrangeira.

Efetivamente, tendo chegado ao Estado de São Paulo 53 104 imigrantes até 1886, começa o movimento a tomar vulto no ano seguinte, em que entraram na Província 32 mil estrangeiros, número que ultrapassaria os 92 milhares no ano da abolição do trabalho escravo no Brasil. Assim, entre 1887 e 1900, São Paulo recebeu 909 417 imigrantes, enquanto os brasileiros procedentes de outras regiões e Estados não ultrapassaram 552, os quais somados àqueles chegados entre 1827 e 1886 totalizam 935; isto é, o número de

trabalhadores nacionais que se dirigiram a São Paulo até o final do século passado não chegou a 1 milhão.

Na primeira década do século XX, recebemos 20 874 migrantes nacionais, contingente que se elevaria a 33 927 na década seguinte. Nesse vintênio, o número de imigrantes estrangeiros atingiu 823 642.

No decênio que precedeu a grande crise de 1929-30, a corrente de migração interna ora focalizada abrangeu 225 183 pessoas. Contingente elevado a 435 864 no decênio seguinte, destacando-se 1939 com a entrada de 100 139 migrantes nacionais. São Paulo recebeu, nesse decênio, aproximadamente a quinta parte do total chegado entre 1827 e 1958, devendo-se notar que mais de dois terços desse total viriam depois de 1940.

Entre 1940 e 1945, passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo 189 949 migrantes nacionais, número que se elevou a 384 359 entre 1946 e 1950.

No quinquênio 1951-55, a curva de migração interior para São Paulo atingiu os seus pontos máximos.

Realmente, em 1951, passaram pela Hospedaria de Imigrantes 208 515 migrantes nacionais, procedentes, na sua maior parte, dos Estados nordestinos e de Minas Gerais; contingente acrescido, no ano seguinte, com 253 169 deslocados.

Entre 1952 e o ano seguinte, nota-se uma queda brusca na intensidade da corrente migratória interna, com uma redução de 55,2% no número de migrantes nacionais chegados em São Paulo.

Os contingentes anuais continuam decrescendo de 1953 a 1957, com nova ascensão em 1958 (101 788 migrantes), motivada pela grande seca que, nesse ano, assolou o Nordeste.

Assim, São Paulo recebeu, entre 1900 e 1958, nada menos de 2 286 154 migrantes procedentes de outros Estados do Brasil.

É interessante lembrar que a maior parte desse contingente originou-se da Bahia e de Minas Gerais, verificação possível depois de 1934. Entre esse ano e o de 1939, entraram no Estado de São Paulo 322 464 migrantes nacionais, dois terços dos quais vieram do Nordeste (46,9% de baianos) e 27,5% de Minas Gerais; de 1940 a 1945, os procedentes da Bahia abrangem 39,9% do total e os de Minas, 22,8%. Este último índice eleva-se a 29%, no quinquênio 1946-50, e aquele a 37%. Entre 1951 e 1955, num total de 763 834 deslocados, 590 437 eram nordestinos (35,9% da Bahia) e 156 140 mineiros (20,4%).

Vê-se, pois, que, entre 1934 e 1955, passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo 1 660 606 migrantes nacionais, número que compreende 73% do total registrado entre 1900 e 1958.

Nesse período de 22 anos, destacam-se, nos contingentes migratórios nacionais encaminhados para o Estado de São Paulo, os

nordestinos, abrangendo 71,9% do total, e os mineiros, 24,1%. Resumindo, verificou-se a predominância, nessa corrente migratória, de baianos (38,7%), mineiros (24,1%), pernambucanos (10,9%) e alagoanos (10,4%).

Focalizando alguns aspectos estruturais nos períodos 1940-45, 1946-50 e 1951-55, vimos prevalecer a predominância do sexo masculino: 66,7% no primeiro período, 71,6% no segundo e 70,8% no terceiro. Predominância que encontra sua explicação especialmente nas migrações de âmbito inter-regional, na distância existente entre os pontos de partida e de chegada, distância medida não apenas em quilômetros, mas também em facilidades maiores ou menores de meios de transporte, o que equivale a dizer, o seu custo e freqüência.

Num outro ângulo estrutural, verificamos que a uma maior proporção de pessoas integrantes de grupos familiares nos contingentes de 1940-45 (71,3%) correspondia maior percentagem de crianças (24,6% de menores de 12 anos) e menor de solteiros (64%) e de homens (66,7%), pois êsses mesmos índices passaram, respectivamente, a 67,5% (membros de família), 21,3% (menores de 12 anos), 67,5% (solteiros) e 71,6% (homens), no quinquênio 1946-50.

Quanto à profissão notou-se o declínio na proporção dos agricultores, cujo índice caiu de 95%, em 1946-50, a 75,4%, em 1951. Declínio devido, principalmente, ao incremento do número de componentes do grupo de "domésticos" e sem profissão, traduzindo ainda essa alteração da estrutura profissional a mudança do emprego dos migrantes nacionais, cujo movimento começa a deixar de ser quase totalmente inter-rural para tender ao rural-urbano.

Migração inter-rural em São Paulo

Entretanto, ainda em relação aos deslocamentos inter-rurais, visamos em nossa análise, passando ao âmbito intra-regional, os movimentos processados nas regiões Sudeste (São Paulo) e Sul (Paraná).

Resumiram-se tais fluxos internos de população no Estado de São Paulo, no que Sérgio Milliet chamou muito bem o "roteiro do café".

Efetivamente, mantiveram-se estreitamente correlacionados, nesse Estado, a expansão de sua população e o alastramento da lavoura do café, atraindo esta correntes migratórias que se deslocavam de zona para zona, num ímpeto irrefreável de desbravamento de novas terras.

Foram migrações inter-rurais de âmbito sobretudo intra-regional, acarretando um processo contínuo de redistribuição demográfica.

Permitiu-nos a observação desse processo distinguir, em São Paulo, dois grupos de zonas, constituindo-se o primeiro pelas que iniciaram e intensificaram a cafeicultura até o ponto de exaustão das terras, quando então novas frentes se abriram para formar o segundo grupo, de povoamento recente.

Acarretou, assim, a decadência da agricultura comercial em diversas zonas do Estado a perda de população, em termos absolutos: São Luís do Paraitinga, Ilhabela, Ubatuba, Taubaté-Caçapava-Jambeiro-Buquira-Tremembé-Redenção, Paraibuna-Natividade, Gauratinguetá-Aparecida — na 2.^a zona —; Atibaia, Nazaré, Piracaia, Angatuba, Tatuí, Itú, Cabreúva, Itatiba, Rio das Pedras — na 3.^a zona —; Amparo, Socorro, Casa Branca, Cajuru, Serra Negra-Lindóia — na 4.^a zona —; Rio Claro, Araras, Jaboticabal, Descalvado, Palmeiras, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro — na 5.^a —, viram diminuir o número de seus habitantes entre 1920 e 1940.

São verdadeiros exemplos de despovoamento regional, embora não se possa falar, de maneira absoluta, na constituição de vazios demográficos. Despovoamento de umas zonas em benefício de outras, no encaço dos cafezais, à procura de terras virgens.

Não pretendemos, de maneira alguma, menosprezar outros fatores explicativos dos movimentos internos da população paulista. Mas, no âmbito das migrações inter-rurais, a cafeicultura desempenhou indubitavelmente o papel principal. Deslocou populações, provocou o seu crescimento global, povoou grande parte do território paulista. Por isso mesmo, acarretaria profundas transformações estruturais, quer na própria população, quer na economia do país. As migrações rural-urbanas representam, para nós, o essencial nessas transformações.

Mas, ainda entre as zonas rurais, as migrações internas assumem, na região Sul, aspectos dos mais interessantes.

Migração inter-rural no Paraná

Concentrando a observação no Estado do Paraná, vimos quão importante foram esses movimentos para sua expansão demográfica e econômica.

Realmente, com seus 327 136 habitantes em 1900, a população paranaense abrangia, então, apenas 1,9% da população total do país. Elevar-se-á aquele número a 547 682 habitantes em 1920 e a 1 236 276 em 1940. Entre esse ano e o de 1950, o incremento médio anual atingirá 7,1% — índice altamente significativo, por ser o mais elevado do país, nesse período intercensitário.

Adotando a divisão do Estado em diversas regiões — Leste, Norte e Oeste —, vimos constituir-se a primeira como a de povoamento mais antigo no Paraná, compreendendo sua população, atualmente, 32,9% da total do Estado: índice que vem decrescendo de censo para censo, através da redistribuição da população por outras regiões. Dentre estas, destaca-se a região Norte, subdividida em três áreas principais — Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo —, a qual, baseada no prolongamento da cafeicultura paulista, viu seu povoamento expandir-se em ritmo extraordinariamente acelerado, nos últimos anos, pois sua população, que abrangia 12,1% da do Estado em 1920, abrangerá mais da metade em nossos dias.

Deve-se tal surto demográfico da região Norte do Paraná aos fluxos migratórios oriundos de todos os pontos do país, mas especialmente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste.

Como ponto de encontro das correntes migratórias oriundas do Sudeste e do Sul, situa-se a região Oeste do Paraná, colonizada por descendentes dos antigos imigrantes estrangeiros radicados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Regiões Norte e Oeste do Paraná se completam, econômica e socialmente.

Aquela, baseada no café e, ultimamente, no algodão, os cereais cultivados em caráter subsidiário, embora com a importância aí assumida pela pequena propriedade — mormente no raio de influência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com seu centro de irradiação inicial em Londrina, deslocando-se depois para Maringá e, hoje, para Cianorte — pouco difere das zonas pioneiras paulistas: mão-de-obra assalariada, sob o regime de colonato ou do camarada (“peão de trecho” e “enxada”), com características de instabilidade e, até, de nomadismo (casas rústicas, pouco cuidadas); constituiu-se o grosso dessa mão-de-obra pelos nordestinos e sudestinos (mineiros e capichabas), como em São Paulo. O absenteísmo do proprietário, especialmente quando médio ou grande, é frequente, permanecendo a fazenda sob os cuidados de um administrador.

No Oeste do Paraná, região policultora por excelência, com predomínio da pequena e média propriedade, nas mãos de agricultores procedentes do Sul (gaúchos e catarinenses), com acentuada tradição agrícola de pequeno sítio, apresenta-se a paisagem mais humanizada, com características de maior estabilidade de seus habitantes, cujas casas lembram ainda a origem de seus antepassados.

Calcula-se que, num incremento absoluto de 879 por 1000 habitantes, ocorrido no Paraná, no período 1940-50, 448 se originaram das migrações internas, 422 do crescimento vegetativo e 9 de estrangeiros e brasileiros naturalizados.

Coloca-se, assim, a região Sul, com o centro no Paraná, como uma das mais interessantes no que respeita à influência das migrações internas no desenvolvimento econômico, demográfico e social, em nosso país: no plano inter-rural e no rural-urbano, dando origem a um processo de urbanização extremamente acelerado.

Migrações internas e urbanização

Resulta êsse processo de urbanização, em todo o país, do crescimento vegetativo da população urbana, ao qual se junta o incremento — importantíssimo em algumas regiões —, decorrente das migrações internas e, de maneira especial, do êxodo rural.

Chamamos a atenção para a caracterização dêsse fenômeno, cuja verificação não acarreta, necessariamente, a ocorrência de vazios demográficos nas zonas rurais.

Sendo, na sua essência, a liberação da mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias com a conseqüente transferência para os centros urbanos, traduz-se numericamente o êxodo rural pelo decréscimo relativo da população rural em benefício da urbana.

Fenômeno eminentemente estrutural, torna-se, assim, muito mais significativo apreender o êxodo rural através da comparação da composição da população pelas suas atividades rural ou urbana ou, pelo menos, pela sua localização, do que pelo crescimento isolado da população rural ou urbana.

Essa medida indireta das migrações rural-urbanas permitiu-nos comprovar sua ocorrência em nosso país, com base nos dados censitários de 1940 e 1950.

Notou-se, com efeito, existir uma tendência ao decréscimo relativo, mas contínuo, da população rural no Brasil. Tendência generalizada, embora mais acentuada em algumas regiões, salientando-se o Sudeste (60,5% da população localizada na zona rural em 1940 e 52,1% em 1950), com o Distrito Federal (13,9% e 3,1%) e o Estado de São Paulo; neste último, 55,9% da população vivia na zona rural em 1940, índice igual a 47,4% em 1950.

São êsses índices realmente significativos se nos lembrarmos de que, em todo o país, a população rural passou de 68,6% da total em 1940 a 63,8% em 1950.

Destacando-se justamente o exemplo paulista, onde o fenômeno se processou com maior amplitude, ainda aí distinguimos situações bem diversas, conforme as zonas observadas.

Efetivamente, em algumas delas, municípios houve nos quais a população rural diminuiu sensivelmente no período intercensitário: em Sorocaba, a proporção caiu de 21,7% a 18%, em Campinas-Cosmópolis, de 35,3% a 31,8%, em Americana, de 49% a 31,1%, em Salto, de 32,9% a 20,6%, em Rio Claro, de 43,8% a 24,5%, em São Carlos, de 47,1% a 31,5%.

São exemplos suficientes para comprovar a interdependência do êxodo rural, da urbanização e da industrialização.

Nessa perspectiva nos referimos às consequências econômico-sociais das migrações internas em nosso país.

A urbanização, no sentido do incremento da população urbana, constitui um dos aspectos mais relevantes desse complexo processo ora focalizado.

Sua ocorrência, no Brasil, pode ser retratada nos resultados do recenseamento de 1950, assim resumidos: existência de 11 cidades com mais de 100 000 habitantes, das quais 2 com mais de 2 milhões, uma com mais de 500 000 e menos de 600 000 habitantes, 3 com mais de 300 000 e menos de 400 000, 2 com mais de 200 000 e menos de 300 000 e 3 com mais de 100 000 e menos de 200 000 habitantes.

Contávamos, em 1950, com 4 898 aglomerações semi-urbanas (cuja população não ultrapassava 5 000 habitantes), perfazendo o total de 4 850 010 habitantes, e com 463 cidades (com mais de 5 000 habitantes), cuja população somava 13 927 765 habitantes naquele ano —, população de 8 849 202 habitantes dez anos antes.

Concentrava-se essa população das grandes cidades nas Capitais estaduais, em sua maior parte. Abrangia a mesma 18% da população total do país em 1958, elevando-se o índice a 30% na região Norte e a 26,7% no Sudeste. Também no Nordeste o fenômeno é acentuado, pois 17,9% da população pernambucana encontrava-se fixada em Recife em 1958, índice igual a 14,8% em Natal e a 13,3% em Aracajú.

Mas não é só nas Capitais que se verifica a expansão da população urbana. Também no interior de cada Unidade o fenômeno se efetua, muitas vezes com grande intensidade. Alguns casos foram destacados nas regiões Sudeste e Sul, salientando-se, respectivamente, o Paraná e São Paulo.

Tanto num como em outro desses Estados, distinguem-se dois grupos de cidades: o das mais antigas, tendo ou não sofrido a influência da cafeicultura no seu surto inicial, e o das cidades novas, surgidas sobretudo nas regiões pioneiras recentes.

Afora o município da Capital do Estado de São Paulo, sobressai, na sua 1.^a zona, a área formada por Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul — o chamado ABC —, com população urbana em ritmo de crescimento acelerado, que alcançou 145,9% no último período intercensitário: 79,9% de sua população localizava-se na área urbana em 1950.

Na 10.^a zona, a área formada por Santos-Cubatão e São Vicente, abriga 232 mil habitantes na parte urbana.

De maneira especial, ressaltam nas zonas em que a industrialização se vem processando com certa intensidade, exemplos de mu-

nicipios cujas sédes têm sua população urbana em expansão contínua. Relembremos Mogí das Cruzes, São José dos Campos e Taubaté, na 2.^a zona; Campinas, Sorocaba, Americana e Jundiá, na 3.^a; Araraquara, São Carlos, Rio Claro e Limeira, na 5.^a.

Mas, mesmo independentemente da industrialização, algumas cidades do "hinterland" paulista crescem aceleradamente: Ribeirão Preto e Franca, na 4.^a zona (de povoamento antigo); São José do Rio Preto e Catanduva, na 6.^a; Baurú e Marília, na 7.^a; Presidente Prudente, na 8.^a — zonas essas de povoamento recente.

Exatamente nesse último caso, enquadram-se os exemplos mais frisantes do Paraná, na sua faixa pioneira. Aí ressaltam, pela sua exuberância, as cidades de Londrina e Maringá, ambas situadas no chamado Norte Novo. A primeira, completando seu quarto de século e já com 33 095 habitantes, em 1950, estimando-se a atual em cerca de 60 000.

Maringá, cidade cuidadosamente planejada, surgiu em 1946, em plena mata virgem, sendo pequeno povoado em 1948, pequena cidade em 1951 e hoje centro urbano com população aproximada de 50 mil habitantes.

No Oeste paranaense, é de se mencionar a cidade de Toledo, com 7 anos de existência e com cerca de 8 800 habitantes.

Vimos, então, ser inegável a importância assumida pela urbanização intensa que o Brasil vem experimentando há algumas décadas, em algumas de suas regiões geoeconômicas, notando-se rápido incremento do fenômeno nos últimos anos.

Urbanização provocada diretamente pelo êxodo rural ou pela fuga dos habitantes dos pequenos núcleos semi-urbanos para os grandes centros industriais, ou, ainda, intensificada pelo deslocamento de grupos nacionais, procedentes de pontos do país de baixo padrão de rendimento econômico, em direção às zonas pioneiras.

Migrações internas, urbanização e industrialização

Processos intimamente interligados, as migrações internas, a urbanização e a industrialização apresentam em nosso país peculiaridades inerentes ao seu passado agrícola e predominantemente monocultor.

Assim, estabeleceram-se na região Sudeste e, no Estado de São Paulo, em particular, liames estreitos entre a cafeicultura e aqueles processos referidos, permitindo sensíveis transformações em nossa estrutura econômico-social.

Com efeito, apesar de sua vulnerabilidade como fundamento de uma sólida estrutura econômica, decorrente de sua peculiaridade de produto de agricultura monocultora, desempenhará o café relevante papel na transformação dessa estrutura.

Realmente, atraindo mão-de-obra, principalmente aquela constituída dos imigrantes estrangeiros, contribuiu não só para incrementar como para diversificar a procura efetiva no mercado nacional, implicando a exigência de produtos manufaturados em escala apreciável.

A existência dessa procura se vai completar pela disponibilidade de capitais oferecidos pela própria cafeicultura. Dado seu cunho comercial, desenvolverá nos seus empresários o tino administrativo, a capacidade diretiva e o aguçamento do estímulo representado pelo lucro.

Fatores cujo aparecimento as atividades ligadas ao café favoreceram no Sudeste. Daí, haver a industrialização se desenvolvido mais intensamente nessa região do país. Aí se verificou a ocorrência do maior índice de aproveitamento dos recursos naturais, seja no campo das matérias primas, seja no aproveitamento das fontes de energia; da maior percentagem dos capitais aplicados nas indústrias do país; da maior concentração de mão-de-obra industrial, etc. Fatores aliados a sensível desenvolvimento do espírito de empresa de suas classes produtoras e ao nível de instrução básica e técnica de sua população.

O processo de substituição da mão-de-obra escrava pelos trabalhadores livres acarretado pela expansão da cafeicultura, mormente no Estado de São Paulo, seria o fator principal do estímulo proporcionado à imigração.

A entrada de 2,5 milhões de imigrantes estrangeiros, entre 1887 e 1950, contribuiu, sem dúvida, para enriquecer o contingente demográfico economicamente ativo em São Paulo.

A intensa urbanização ocorrida na região Sudeste e, particularmente, em São Paulo decorreria, ainda, ponderavelmente, dessa diversificação quantitativa e qualitativa da população.

As vicissitudes pelas quais passaria o café haveriam de, entre outros fatores, contribuir para aquela expansão das cidades paulistas e, portanto, para sua industrialização. Expansão devida ao próprio deslocamento dos cafezais, os quais, em seu extenso roteiro, iam deixando, em seu rasto, aglomerações urbanas formadas à sua custa e agora abandonadas à sua própria sorte. Ou adquiriam vida própria ou pereceriam.

Dessa maneira, cafeicultura, migrações, urbanização e industrialização, são fenômenos correlatos no desenvolvimento populacional e econômico da importante região Sudeste.

Ter-se-ia então o processo de industrialização efetuado em prejuízo da agricultura? Ou, em outras palavras, teriam as migrações rural-urbanas provocado a sucção da mão-de-obra rural para favorecer exclusivamente a expansão das indústrias?

Parece-nos inexistir oposição sistemática entre o êxodo rural, a urbanização e a industrialização.

A oposição se verificará, indubitavelmente, nos casos em que os fatores produtivos entrem em simples relações de substituição e não de complementaridade, isto é, quando condições menos favoráveis ao desenvolvimento da agricultura determinarem a transferência da população rural para os centros urbanos, propiciando o desenvolvimento industrial com sacrifício da agricultura.

No entanto, naqueles casos em que as condições fatoriais — os fatores naturais, por exemplo — permitam o desenvolvimento concomitante das atividades agrícolas e industriais, o fenômeno da desruralização da mão-de-obra, envolvendo sua transferência para as cidades, pode significar seja um desafogo dessa mesma mão-de-obra radicada nos campos, seja sua substituição por técnicas agrícolas menos primárias.

Sem dúvida, as duas situações se encontram na região Sudeste e, mesmo, em São Paulo, refletindo-se em todo o país.

Transformações na população economicamente ativa

Contudo, melhor se pode compreender o processo urbanização-industrialização através da análise da estrutura ocupacional da população economicamente ativa.

Vimos constituir-se essa, no Brasil, pelas pessoas de 10 anos e mais, de ambos os sexos, exercendo atividades econômicas expressas. Dêsse grupo etário foram excluídas as pessoas que se dedicam às atividades domésticas não remuneradas e às escolares discentes.

Distribuiu-se essa população pelos três setores principais da atividade econômica:

Primário, no qual se enquadram a agricultura, a pecuária, a silvicultura e as indústrias extrativas;

Secundário, compreendendo as indústrias de transformação;

Terciário, que abrange os serviços em geral: transportes, comércio, administração, profissões liberais, etc.

Assim se apresentava a estrutura da população economicamente ativa, em nosso país, na data dos dois últimos censos:

ATIVIDADES	1940 %	1950 %
Primárias	70,2	60,7
Secundárias	10,0	13,1
Terciárias	19,8	26,2
TOTAL ATIVA	100,0	100,0

Mostra-se acentuadamente clara a tendência para o decréscimo da parte da população que se dedica às atividades primárias e, ao contrário, para o aumento daquela parte entregue às atividades secundárias e terciárias. Tendência mais ou menos pronunciada nas diversas regiões, conforme se tenha ou não verificado aí a expansão industrial.

Vimos haver-se efetuado essa expansão, com maior intensidade, no Sudeste do país, o que acarretou transformações mais profundas na composição de sua população economicamente ativa. De fato, 61,7% da mesma encontravam-se nas atividades primárias em 1940, índice que cái a 47,6% em 1950. No mesmo período, elevou-se a proporção dos empregados nas atividades secundárias, de 13,2% a 18,5%, e de 25,1% a 33,9% nas atividades terciárias.

Destacando-se, nessa região, o Estado de São Paulo como aquele onde as transformações estruturais de caráter demográfico e econômico se fizeram sentir mais intensamente, vimos se refletirem tais transformações na distribuição de sua população ativa.

Assim, enquanto a proporção dessa população empregada no primário sofreu uma queda de 59,1% a 43,4%, a do secundário acusou uma ascensão de 16,3% para 23,3% e a do terciário de 24,6% para 33,3%.

São índices que atestam a ocorrência de forte êxodo rural nesse Estado da Federação, com pronunciada tendência ao deslocamento da população economicamente ativa da agricultura para outras atividades, nos setores das indústrias de transformação e da prestação de serviços. Tendência presente não só na Capital como em diversas zonas do Estado, nas quais as transformações efetuadas na estrutura ocupacional da população ativa refletem o ritmo das alterações ocorridas na estrutura econômica, no sentido da passagem dos empregados no setor primário para o secundário e o terciário.

Realmente, foi-nos dado verificar atenderem as migrações interestaduais em grande número de municípios das zonas 1.^a, 2.^a, 3.^a e 5.^a, às exigências da industrialização que aí se processa em ritmo mais ou menos acelerado.

Conta, pois, essa industrialização com a mão-de-obra deslocada do setor primário das atividades econômicas, que, reduzindo-se proporcionalmente, deverá contar com melhoria na técnica de produção, a fim de que o desenvolvimento de um setor não se faça em prejuízo de outro. Aliás, êsse é o caso, como notamos, de municípios, em algumas zonas sem industrialização, onde o declínio do setor primário em benefício do terciário acarretou desequilíbrios econômico-sociais por contribuir para sobrecarregá-lo além de sua capacidade de absorção normal.

Consideramos, por outro lado, alguns casos em que as funções desempenhadas por importantes centros urbanos, independentemente da indústria, dão-lhes as características de verdadeiras "capitais regionais", tornando-se, por isso, indispensável aí a expansão do setor terciário de suas atividades.

É, portanto, necessário focalizar as transformações da estrutura ocupacional da população de cada área, em cada um dos seus setores através de suas relações de interdependência e não isoladamente. É, enfim, a análise estrutural que se impõe.

Zonas de atração e de repulsão populacional

Nesse sentido, abordamos o fenômeno da constituição de zonas de atração e de repulsão populacional, na órbita das migrações internas, da urbanização e da industrialização, no país.

Observamos então dever-se a ocorrência do fenômeno à manifestação de fatores atrativos, em certas áreas e repulsivos em outras.

Ao focalizarmos estes últimos, dividimo-los em físico-climáticos e econômico-sociais.

Compreendem os primeiros a qualidade do solo — maior ou menor grau de fertilidade —, o relevo, as variações de temperatura, o regime pluviométrico, etc.

Vimos representar o regime pluviométrico fator às vezes decisivo na repulsão populacional em algumas regiões do país, salientando-se o caso do Nordeste, na parte compreendida no "Polígono das Sêcas". É o Nordeste semi-árido, ao qual se adiciona parte integrante de Minas Gerais.

Procuramos equacionar o problema das sêcas em termos objetivos, aceitando o relativismo de sua importância como fator repulsivo nas migrações inter-regionais orientadas para o Sudeste e Sul.

Assim atribuímos aos fatores econômicos-sociais toda a relevância que merecem. O regime de apropriação da terra, o regime de trabalho, a estrutura agrária, enfim, representa o essencial na incidência desses fatores. Latifúndios de um lado e minifúndios de outro, grande número de trabalhadores da agricultura sem qualquer esperança de seu acesso à propriedade da terra, salários de fome, constituem causas decisivas para as migrações no interior do país.

Migrações inter-rurais dirigidas para as regiões onde os fatores atrativos — carência de mão-de-obra, salários relativamente elevados, condições de trabalho mais favoráveis, variações climáticas menos bruscas e esperança do acesso à propriedade da terra — abrem as portas para aquelas correntes migratórias.

Colocou-se o Sudeste, e São Paulo de maneira especial, como a zona de atração preponderante nas migrações inter-regionais da

população brasileira. Zona de atração direta, numa certa fase de seu desenvolvimento econômico, e de passagem para a região Sul — o Paraná, especialmente —, em fase posterior.

As aglomerações urbanas situam-se como centro principal de atração da população rural, no âmbito das migrações rural-urbanas.

O adensamento demográfico das Capitais dos Estados e das cidades em processo de industrialização intensa é o resultado desses movimentos internos de população, ocorridos com maior frequência, embora não exclusivamente, no interior da mesma região. Nesse sentido, mereceram destaque especial em nossa análise, dentre outras, São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste, e Salvador e Recife, no Nordeste.

Constituem essas Capitais exemplos típicos de pontos de concentração demográfica, com características peculiares, no seu enquadramento ao fenômeno das migrações internas e da industrialização.

Destacam-se São Paulo e Rio de Janeiro como as duas maiores metrópoles brasileiras com crescimento populacional extraordinário no século XX e, nos últimos anos, especialmente: 579 033 habitantes em 1920 e 3 543 464 em 1959 naquela, e 700 mil em 1900 e 2 377 451 em 1950, na última. Crescimento devido, em maior proporção, à contribuição do migrante nacional, que de todos os pontos do país afluiu para elas. Vimos, realmente, dever o Rio de Janeiro mais de 70% de seu incremento demográfico, na década 1940-50, a essas correntes de migração interna, índice igual a 70,5% na Capital paulista.

A análise comparativa que procedemos da estrutura ocupacional da população paulista e carioca mostrou-nos apresentar a primeira uma composição mais sólida, no sentido da maior ponderação do setor secundário, de uma distribuição mais favorável do terciário e do menor peso representado pela população exercendo atividades não remuneradas.

Evidentemente, advertimos, a população radicada numa Capital Federal, cujas atividades se integram primordialmente no setor terciário — administração, defesa, etc. — difícil e só excepcionalmente pode exibir uma estrutura de base menos "serviçal". O caso do Rio de Janeiro, com a quarta parte de sua população economicamente ativa empregada nas indústrias de transformação é, para nós, uma dessas exceções, o que presumivelmente se deve ao fato de suas funções econômicas terem precedido as de cunho puramente administrativo. O que certamente não acontecerá em Brasília, cidade planejada para o exercício estrito de funções administrativas.

Assim, embora considerando mais consolidada a estrutura ocupacional da população de São Paulo, não vimos, do ponto de vista econômico-social, na população Distrito Federal, características que nos permitissem a afirmação de se tratar de uma população cujo

crescimento seja patológico. Em outros termos, as correntes migratórias internas que para aí se dirigem não ameaçarão de maneira grave seu equilíbrio demográfico-econômico, pelo menos enquanto forem contidas dentro de certos limites. Enquanto ainda permanecer o Rio de Janeiro como a Capital do país, por oferecer tal situação condições de emprêgo relativamente elásticas. Situação que não significa, certamente, a inexistência de problemas muito sérios. Bastaria lembrar o das favelas.

Situação diversa encontramos nas duas Capitais do Nordeste — Salvador e Recife.

Explica-se o atual crescimento de Salvador, efetuado de maneira acelerada pelo fortalecimento da economia agrícola na zona do cacau e em outras do Nordeste, o que acarretou o desenvolvimento do setor terciário nas atividades da população da Capital; mas, e principalmente, pelo aumento do número de subempregados e desempregados, resultantes de um êxodo rural sempre crescente.

Calcula-se que 72 por cento do incremento populacional da cidade sejam devidos à imigração e somente 28% ao saldo vegetativo.

Dêse modo, as 322 486 pessoas de 10 anos e mais registradas em Salvador no censo de 1950 não encontrariam oportunidades de emprêgo produtivo na proporção desejada por ser o seu número muito superior à capacidade de absorção da cidade. Fato que se explica por se encontrar o setor secundário reduzido e ser o terciário quase inelástico. Daí a enorme pressão exercida por essa população desempregada ou subempregada sobre os órgãos do governo, de que resulta a admissão de um número de funcionários sempre crescente, várias vezes superior às necessidades reais da administração.

Características muito parecidas encontram-se em Recife, com cêrca de 650 mil habitantes em 1955, tendo crescido de 51% entre 1940 e 1950.

Observou-se que seria explicável e até desejável essa tendência à macrocefalia se ela correspondesse a uma expansão das múltiplas atividades e funções urbanas aí exercidas, notadamente às do domínio econômico. Como, porém, essa expansão só se tem verificado em escala muito menor, o crescimento do Recife tem muito de artificial ou mesmo doentio, em termos de saúde social regional.

Assim, visto de um lado, o fenômeno constitui consequência das migrações rurais de direção centrípeta com suas origens e seus resultados nos fatos de vida agrícola de tôda a região. Olhando por outro ângulo, exprime um excessivo entumescimento urbano, com um número de habitantes em desequilíbrio não apenas com as atividades e funções da cidade, mas também com todo um conjunto de serviços públicos citadinos (água, iluminação, transporte, edu-

cação, saúde, abastecimento), cujo ritmo de crescimento se subordina normalmente ao próprio desenvolvimento econômico.

Como resultado, existe dentro e em torno da cidade, uma espécie de população marginal, excedente, não articulada devidamente, não integrada em uma vida urbana organizada. É a massa que habita os mocambos.

Conclusões

Vimos, assim, se constituírem através dos fluxos migratórios que se deslocam nas mais diversas direções no interior de nosso país, zonas de repulsão e de atração populacional — pontos de origem e de destino das correntes.

Fatores físico-climáticos e econômico-sociais estimulam ou re-freiam essas correntes, nos dois sentidos.

Obstaculizando a prática da agricultura pela resistência oposta ao cultivo regular e permanente da terra, o clima desfavorável e outras condições do meio físico repelem os habitantes de extensas regiões, como a parte semi-árida do Nordeste brasileiro.

Juntando-se a êsses, outros fatores — os econômico-sociais, condições da estrutura agrária e o regime de trabalho, reforçam os aspectos negativos dessas áreas, transformando-as em zonas repulsivas por excelência.

De maneira mais atenuada e numa conjuntura diferente, onde predominam os fatores econômico-sociais, também nas regiões Sudeste e Sul surgem zonas de repulsão populacional, orientadas no sentido inter-rural.

Entretanto, caracterizam-se essas regiões menos pela atuação de fatores repulsivos do que pela sua capacidade de atração de correntes migratórias, que de todos os pontos do país para elas se dirigem com intensidade variável. Correntes cujo afluxo permitiu o desenvolvimento de sua economia agrícola, em grande escala.

Em primeiro lugar, preenchendo os claros abertos com a ocorrência do êxodo rural, em todo o Sudeste e, em São Paulo, particularmente.

Em segundo lugar, constituindo a mão-de-obra preponderante na abertura e formação das fazendas de café, quer em São Paulo, quer no Paraná.

A expansão urbana foi outro aspecto saliente nesse processo de migração interna em nosso país, tornando-se as cidades pontos de atração de população de importância considerável, mormente daquela oriunda da zona rural. Pontos de atração reforçados pelo impulso representado pela industrialização, com suas possibilidades de abrir novas oportunidades de emprego.

Consequência direta dos fluxos migratórios internos, explica-se o crescimento vertiginoso de algumas cidades brasileiras, mais pela afluência de habitantes que a ela acorrem em busca de proteção, de emprego e de condições de progresso, do que pelo seu processo interno de incremento demográfico natural.

Nesse sentido, destacamos os exemplos de quatro cidades das mais importantes do país, duas no Sudeste e outras duas no Nordeste, procurando distinguir as características que vêm marcando o surto de cada uma delas. Pudemos, nessa caracterização, acentuar os traços negativos encontrados na expansão de Salvador e do Recife e traços menos alarmantes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Com base nesse breve resumo de nosso trabalho, podemos destacar as características e tendências principais das migrações internas no Brasil nas suas relações com a urbanização e a industrialização.

Constituem as migrações internas, em nosso país, fenômeno dos mais relevantes na formação e evolução de sua estrutura econômico-social.

Na multiplicidade de suas formas, marcaram as primeiras fases dessa evolução, propiciando a expansão e a diversificação de nossas atividades econômicas principais.

No âmbito inter-regional, originando-se no Nordeste, permitiram a eclosão da mineração no centro da Colônia, bem como a exploração dos seringais amazônicos, na região Norte.

Ainda da mesma origem dirigiram-se as correntes migratórias para o Sudeste e Sul do país, favorecendo o desenvolvimento de uma agricultura com bases comerciais.

No interior da mesma região novos fluxos migratórios contribuíram para proporcionar a libertação da monocultura cafeeira, no sentido da intensificação da policultura.

Deslocando-se assim da agricultura para a agricultura, entre regiões diversas ou no interior da mesma região, contribuíram os migrantes para a transformação da estrutura econômica do país e da região Sudeste, em particular. Transformação acompanhada de alteração nas próprias correntes migratórias, cujo deslocamento passou a se processar, com ponderável intensidade, das zonas rural para os centros urbanos. É o êxodo rural, é a migração rural-urbana que ao lado da inter-rural assume importância incontestável no desenvolvimento da Economia brasileira.

No processo desse desenvolvimento, a industrialização se salienta como a manifestação mais acentuada daquelas transformações da estrutura, em concomitância com o fenômeno da urbanização. Urbanização intensa que o país vem experimentando há algumas

décadas em algumas de suas regiões, notando-se rápido incremento do fenômeno nos últimos anos e que se reflete na composição da população economicamente ativa. Torna-se, assim, acentuadamente clara a tendência para o decréscimo da parte da população que se dedica às atividades primárias e, ao contrário, para o aumento daquela parte entregue às atividades secundárias e terciárias.

Migrações internas, industrialização e urbanização colocam-se, pois, como aspectos diversos e complementares nesse complexo processo do desenvolvimento econômico do Brasil.

Do maior ou menor equilíbrio a que se possa chegar nessa complementação, dependem, sem dúvida, as suas consequências favoráveis ou desfavoráveis.

É inegável, em princípio, a necessidade de se contar, num país com fraca densidade demográfica, com a possibilidade de amplos movimentos internos de sua população ativa, sem o que certamente se verificaria a estagnação econômica em certas regiões. Por outro lado, a permanência, nas lides agrícolas, de uma mão-de-obra que já atingiu seu ponto de saturação, contribuiria não só para o declínio da produtividade como impediria o desenvolvimento de outros setores — da indústria, de modo especial.

Dessa maneira, tornou-se o êxodo rural, ocasionado seja pela melhoria da técnica agrícola, seja pelo maior crescimento da população rural do que da população não rural, um fator favorável e necessário ao desenvolvimento e diversificação da estrutura econômico-social do país. Fator dos mais importantes para que nossa Economia possa superar definitivamente as suas fases "cíclicas" para atingir o nível de uma estrutura complexa e harmônicamente desenvolvida.

Não se pode, por outro lado, negar os aspectos desfavoráveis contidos no processo das migrações internas, em nosso país. Aspectos negativos, cuja ocorrência se deve exatamente às dissonâncias que se possam verificar nas relações entre os deslocamentos de população, a urbanização e a industrialização. Em outros termos, a ocorrência de intenso êxodo rural, implicando o rápido crescimento das cidades, sem a fundamentação representada pela expansão das indústrias de transformação, acarreta desequilíbrios profundos na população urbana. Desequilíbrios que se refletem no entumescimento do setor terciário, dada sua maior capacidade de disfarçar as condições de subemprego da população em idade ativa.

Nesse ponto, é oportuno fazer referência a certas peculiaridades apresentadas pelo fenômeno no Brasil e que dizem respeito ao entrosamento das diversas formas aqui assumidas pelas migrações internas.

A inexistência de condições favoráveis à realização das migrações interregionais, especialmente daquelas dirigidas do Nordeste para o Sudeste, forçariam o êxodo rural, no âmbito intra-regional, provocando a macrocefalia urbana, seja das cidades maiores daquela região, seja das suas Capitais estaduais. Os casos por nós analisados são suficientes para mostrar a gravidade do problema.

No entanto, o êxodo rural verificado em regiões em ritmo de industrialização acelerada, no âmbito intra-regional, enquadra-se no plano normal e positivo do fenômeno, ao mesmo tempo que os claros deixados na zona rural são preenchidos pelos migrantes de outras regiões. É a já referida migração da agricultura para a agricultura, complementando a migração da agricultura para as indústrias. É a feliz complementaridade que se estabelece entre os fluxos populacionais deslocados de umas regiões para outras e os que se deslocam dos campos para as cidades.

Longe de nós a afirmação da existência, em nosso país, de um perfeito equilíbrio econômico-social decorrente das migrações internas nesse entrosamento existente entre suas diversas formas.

Reconhecemos a necessidade de eliminação das condições que caracterizam as zonas de repulsão populacional no sentido de podermos elas próprias manter sua população.

Reconhecemos a possibilidade de agravamento de diferenças nos padrões de vida dos habitantes de regiões onde predominam os fatores repulsivos, em confronto com aqueles vivendo em condições mais favoráveis, e, mesmo, a possibilidade da estagnação das primeiras regiões em benefício do progresso das outras.

Mas não podemos, contudo, deixar de frisar os aspectos positivos dessas migrações internas. Especialmente em países novos como o nosso, cujo desenvolvimento depende do alcance das transformações de estrutura que aí se possam realizar.

É óbvio que desejamos atinjam essas transformações tôdas as regiões do país. Mas o processo é lento pela sua complexidade, de maneira a representarem as migrações internas corretivo indispensável para os desequilíbrios existentes entre as regiões ou no interior da mesma região.

Feliz do país, como o nosso, no qual às zonas de repulsão se opõem outras de atração populacional. Enquanto as bases destas últimas se alicerçarem no processo conjunto da urbanização e da industrialização, o reequilíbrio demográfico, econômico e social se há de fazer pacificamente através dos fluxos internos da população.

O conhecimento objetivo dos fatores condicionantes das migrações internas, nas suas relações com a urbanização e a industrialização, ao tornar possível o seu contróle, permite prever os seus efeitos, conduzindo-os no sentido do equilíbrio desejável.